

ESPORTE, LAZER E CIDADANIA: FORMAÇÃO, POLÍTICAS E PRÁTICAS NA PERSPECTIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Elisvaldo da Silva Lima

Universidade Estadual de Goiás - UEG

André Luís Normanton Beltrame

Universidade Estadual de Goiás - UEG

RESUMO

Neste relato de experiência são trazidos alguns registros do projeto de pesquisa e extensão: “Esporte, Lazer e Cidadania: formação, políticas e práticas na perspectiva da Pessoa com Deficiência”. Desenvolvido entre 2024 e 2026, nas dependências da Universidade Estadual de Goiás – UnU Porangatu, o projeto teve como objetivo identificar, refletir e compreender os elementos particulares e universais, em termos de formações, políticas e práticas pedagógicas no campo do esporte e lazer para a Pessoa com Deficiência - PcD. Na tentativa de dialogar com o problema da exclusão da PcD as atividades foram divididas a partir dos seguintes eixos: a) atividade de extensão a partir da oferta de formação continuada sobre inclusão para professores, monitores e interessados; b) atividade de pesquisa, considerando a participação de estudantes no estudo de indicadores de concepção, financiamento e controle social e análise do nível de acessibilidade arquitetônica, metodológica e programática de equipamentos de esporte e lazer na cidade de Porangatu. Os resultados, com seus avanços e recuos, indicam possíveis horizontes para a construção de uma cultura institucional de acompanhamento e proposições no campo do esporte e lazer que façam frente aos desafios de acesso e participação da PcD. As práticas cotidianas demonstraram a sistematização da experiência realizada a partir da confecção de novos entendimentos didáticos e ações concretas diante da problematização anunciada, contribuindo com a formação discente e a comunidade a que se destina.

Palavras-Chave: Educação Física Adaptada, Formação continuada, Inclusão, Pessoa com Deficiência.

1 INTRODUÇÃO

É sabido que a garantia legal dos direitos do cidadão demanda a efetivação por meio de políticas públicas. No entanto, a implementação dessas medidas exige a articulação complexa não apenas entre os entes federados — União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Brasil, 1988) —, mas também entre interesses históricos que moldam as ações públicas e seu financiamento. Desse modo, transpor os direitos do papel para a prática requer ações integradas entre as diversas esferas estatais e as demandas sociais, assegurando, por meio desse diálogo, o pleno acesso aos bens sociais.

Compreender a implementação e as estratégias inerentes ao esporte e ao lazer voltados à Pessoa com Deficiência (PcD) — enquanto direitos sociais conquistados — é um exercício complexo. Afinal, a concretização desses direitos transcende a simples adaptação de espaços ou a boa vontade assistencialista. Trata-se de reconhecer a urgência de discursos, valores e atitudes que, traduzidos na busca por espaços sociais e em seu exercício cidadão, preenchem a lacuna existente entre o texto legal e a efetivação do direito.

Ao assumir este público como objeto da proposta, o projeto parte do pressuposto de um perene processo de exclusão, que se apoia fundamentalmente no fato de que há, perante este grupo, uma realidade social construída de marginalização frente ao acesso a bens sociais (Oliver, 1996). Em documentos como o Relatório mundial sobre a deficiência (OMS, 2012), Censo Demográfico (IBGE, 2022) e o estudo sobre as Pessoas com Deficiência no Estado de Goiás (Macedo, Lima, 2023) são diversos os detalhes que convergem para o que se afirma no sentido de que a deficiência, ligada à pobreza e violência, está frontalmente atingida pela falta de acesso à saúde, lazer, educação, emprego, transporte e informação.

Partindo desse entendimento estudos acerca das Políticas de Esporte e Lazer (PPEL) para PcD demonstram avanços no sentido de uma discussão instalada na Agenda governamental, contudo sua aplicabilidade apresenta lacunas na materialização dessas políticas para que atenda uma perspectiva de inclusão de seus participantes (Caravage; Oliver, 2018; Pancoto, 2014). Além disso, identifica-se uma escassez de estudos no país (Barbosa et al., 2020) associada a uma organização, envolvendo formação, serviços e equipamentos urbanos, que não oferecem a plena condição de acessibilidade (Silva et al., 2018; Brandolff; Strapasson, 2022; Santos, Pereira, 2023).

Dadas essas premissas o projeto assume como objetivo identificar, refletir e compreender os elementos particulares e universais, em termos de políticas, acessibilidade e práticas que marcam o campo do esporte e lazer para a PcD no Município de Porangatu. Por meio do estudo investigativo e da realização de diferentes práticas de formação continuada sobre a inclusão o intuito é o de, ao dialogar com a cultura institucional da educação, saúde e lazer, fornecer elementos para a construção de ações que façam frente aos preconceitos e desigualdades sociais que afetam o desenvolvimento desta comunidade.

2 FORMAÇÃO E PESQUISA EM ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ORGANIZAÇÃO E RESULTADOS ESPERADOS

Assumindo o entendimento de que a deficiência não é uma limitação médica ou um problema puramente individual, mas consequência direta de como a sociedade está estruturada

(Oliver, 1996) o projeto procurou se estruturar naquilo que sustenta a universidade em sua indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O desenvolvimento do projeto ficou circunscrito ao biênio 2024-2026 em ações discentes baseadas em reunião, elaboração e desenvolvimento de atividades de investigação e vivenciais (jogos físico-motores e sensoriais) ajudando a pensar a PcD no campo da inclusão escolar e nas PPEL.

Dividido em dois eixos de ação, uma prática extensionista (de formação continuada e práticas corporais) e uma atividade de pesquisa (no âmbito do financiamento e análise da equipamentos de esporte e lazer) o projeto foi divulgado no âmbito das Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Ação Social e Secretaria de Esporte e Lazer da cidade de Porangatu.

Sem apoio financeiro, ambas as atividades aconteceram sequencialmente, com encontros de 3 horas para pesquisa e 2 horas para a extensão, na UEG-Porangatu nas terças e quintas. Na pesquisa contamos com a participação de 4 discentes do curso de Educação Física, constando que apenas um obteve bolsa de estudo. Para a extensão, além dos 4 discentes, tivemos a participação, ao longo do projeto, de aproximadamente 50 participantes entre professoras, monitoras e comunidade em geral.

Desse modo, as ações do projeto desdobraram-se em dois eixos fundamentais:

1º Eixo: Atividade de Extensão – Focado em proporcionar a professores, monitores e à comunidade vivências práticas voltadas à inclusão escolar. A metodologia abrangeu a leitura de textos reflexivos, a análise de vídeos, documentários e filmes, além de rodas de discussão.

2º Eixo: Atividade de pesquisa – No âmbito da pesquisa, foram delineados três resultados esperados. O primeiro consistiu em identificar a origem dos recursos orçamentários — municipais, estaduais ou federais — direcionados a ações, projetos e programas de esporte e lazer, bem como diagnosticar a destinação específica desses montantes. Para isso, os discentes analisaram documentos oficiais estaduais e municipais, a exemplo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e de leis ordinárias pertinentes, fundamentando-se no modelo de análise política de Ivanete Boschetti (2009).

O segundo objetivo concentrou-se no mapeamento e na análise da infraestrutura de esporte e lazer em Porangatu, abrangendo parques, praças, estádios, ginásios e pontos turísticos quanto à pavimentação, ao mobiliário urbano e às edificações. Nessa etapa, utilizou-se a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2020) para avaliações *in loco* da acessibilidade, verificando requisitos como pisos internos e externos regulares, estáveis e

antiderrapantes; vãos livres em portas de sanitários e vestiários; adequação de mesas para jogos e refeições voltadas a cadeirantes; e a inserção dos espaços em rotas seguras e acessíveis.

2.1 Atividade de extensão: a formação continuada

Com o propósito de compreender a inclusão no contexto urbano, elegeu-se a escola e seus processos inclusivos como ponto de partida. Dada a relevância institucional e social dessa instituição, a abordagem inicial do tema ocorreu por meio da investigação, realizada pelos graduandos, no "Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica", com base nos microdados do Censo Escolar (Brasil, 2025).

A constatação de desafios recorrentes — como a escassez de docentes, mormente de Educação Física, e de monitores, somada à demanda por capacitação docente — fundamentou a adoção de referenciais preliminares sobre formação continuada voltada à Educação Física e à Inclusão (Chicon; Cruz, 2014). Desse modo, os estudantes investigaram as bases históricas e legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, associando-as à prática pedagógica para fomentar o diálogo e aprofundar a compreensão sobre o processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar.

A etapa teórica estruturou-se em uma sequência didática com leituras, exibições de documentários e análise de depoimentos dos participantes (Figura 1). Notadamente, os relatos — em diálogo com a literatura — revelaram grande espontaneidade e reforçaram o caráter processual da inclusão escolar. Esses encontros formativos em sala alternaram-se com vivências práticas, nas quais os discentes assumiram papel protagonista ao elaborarem práticas corporais com vistas a dinâmicas de grupo (Figura 2). Por fim, os depoimentos das participantes evidenciaram a relevância do projeto e a contribuição direta do fazer pedagógico para o cotidiano escolar.

Figura 1 – Atividade teórica¹



Figura 2 – Atividade vivencial



¹ Nota: As fotografias (Figuras 1 e 2), utilizadas neste estudo, pertencem ao arquivo pessoal do autor e foram obtidas durante a execução do projeto. Para garantir a privacidade e o anonimato dos indivíduos retratados, as imagens passaram por tratamento digital de desfoque facial (borramento), sendo os participantes também exibidos de costas, em conformidade com as diretrizes de preservação da identidade.

No decorrer das práticas, destacou-se a intensa procura pelo projeto por parte de professoras e monitoras do município. O grupo manifestou desconhecimento e insegurança quanto à atuação pedagógica frente à diversidade, especificamente no atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial. Além disso, as profissionais pontuaram a sobrecarga de trabalho, a escassez de informações e a consequente urgência de capacitações com foco vivencial na temática inclusiva.

Embora a legislação assegure que a formação continuada constitui direito e dever de professores e monitores (Brasil, 1996), a definição do horário dos encontros configurou-se como um obstáculo expressivo. Devido à exaustão decorrente da jornada diária nas escolas, as participantes compareciam cansadas. A adoção do período noturno justificou-se pela impossibilidade de articular junto às Secretarias (Municipal e Estadual de Educação) a inserção das atividades no tempo/espço institucional das coordenações pedagógicas, visto que, apesar da proposta de estender a ação diretamente para o interior das escolas da região, o acesso foi negado pelas Unidades Escolares.

Esse cenário revela-se ainda mais preocupante ao se considerar o perfil demográfico das participantes, majoritariamente mulheres. A situação agrava-se pelo acúmulo de jornadas, pois essas profissionais precisam conciliar as demandas do trabalho, a dedicação ao projeto e a sobrecarga invisível dos afazeres domésticos.

2.2 Atividade de pesquisa

2.2.1 Acessibilidade

Neste eixo os discentes participantes se aproximaram da cidade, registrando discursos e identificando espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer. Os equipamentos públicos identificados foram: a Lagoa Grande (espaço para caminhada, prática de atividades físicas e lazer); Quadra de Esportes do Povoado Linda Vista (Barreiro); Estádio Municipal Deolino Franco de Souza; a Pista de Atletismo e do Campo Galileia. Existe também um Centro Cultural que abriga eventos e atividades culturais da cidade. Na medida em que a maior parte dos espaços citados não apresentou qualquer tipo de acessibilidade, ou sua precariedade, o projeto conseguiu oferecer aos estudantes a possibilidade de comparação com outros estudos (Silva et al., 2018; Brandolff; Strapasson, 2022; Santos, Pereira, 2023). Em Brandolff e Strapasson (2022), por exemplo, a semelhança ficou nítida a partir do momento que as autoras, estudando a

acessibilidade de espaços esportivos em Esteio – RS, constataram que “nenhum local tem conhecimento sobre a NBR 9050”, o que poderia sugerir uma inviabilização de circulação nesses espaços por PcD.

A pesquisa concentrou esforços em dois equipamentos situados no centro da cidade que possuíam alguma forma de acessibilidade e constam como pontos turísticos: a Lagoa Grande e o Centro Cultural. À luz das diretrizes da ABNT (2020), a análise revelou importantes inadequações estruturais em ambos os locais, que comprometem a inclusão e a segurança dos frequentadores.

Na Lagoa Grande (Figura 3), espaço amplamente utilizado para a prática de caminhadas, esportes e lazer, notou-se a ausência de sanitários, vestiários e outras adaptações fundamentais para o atendimento a cadeirantes. Entre os problemas identificados pelo grupo, destacam-se o piso instável — composto por placas de concreto soltas e piso podotátil desgastado —, além da presença de buracos e rachaduras ao longo da pista de caminhada. Ademais, constatou-se a falta de barras de apoio e de elementos de retenção lateral na margem voltada para o corpo d'água. Embora a norma técnica não exija corrimãos contínuos em percursos estritamente planos, a topografia local, caracterizada pela proximidade com a água em cota inferior, configura uma situação evidente de risco de queda.

No Centro Cultural (Figura 4), os registros apontam cenário semelhante quanto à falta de sanitários e vestiários adaptados, contando a estrutura apenas com uma rampa e uma escada. Conforme preconiza a ABNT (2020), a instalação de corrimãos e barras de apoio é obrigatória em escadas e em estruturas com declividade acentuada, requisitos que demandam atenção na edificação avaliada.

Em ambos os casos, a carência de barreiras físicas protetoras e de sistemas de guarda-corpo adequados compromete severamente a segurança da rota acessível — entendida como o trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conecta os diferentes espaços. Dessa forma, evidenciam-se falhas que exigem intervenções arquitetônicas urgentes para assegurar a integridade e a acessibilidade do público estudado.

Figura 3 – Parte da pista de caminhada

Figura 4 – Ausência de barras laterais



Fonte: Acervo pessoal do autor



Fonte: Acervo pessoal do autor

Ao longo da investigação, e considerando as vivências prévias dos discentes nas disciplinas de estágio voltadas à PcD e ao paradesporto, o grupo mobilizou seus saberes práticos para mapear o cenário do esporte e do lazer no município. Esse processo metodológico permitiu identificar grupos organizados, indivíduos vinculados de forma autônoma a essas práticas e a própria configuração urbana no que tange à oferta de políticas públicas e à acessibilidade, revelando como tais fatores impactam diretamente o cotidiano e a vivência esportiva desse público.

No escopo específico das práticas esportivas e de lazer voltadas à PcD, identificou-se apenas um grupo organizado no município: a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porangatu (APAE-PO). A instituição atende cerca de 20 participantes por meio de um acompanhamento sistematizado internamente, com foco na preparação para os Jogos da APAE, competição de âmbito estadual e nacional. Paralelamente, observou-se uma iniciativa pública direcionada a práticas corporais, especificamente a natação para idosos, promovida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Contudo, constatou-se que ambas as experiências ainda carecem de processos mais robustos e estruturados de avaliação e planejamento sistemático das ações desenvolvidas, corroborando com outros estudos (Caravage; Oliver, 2018).

2.2.2 Atividades de Pesquisa

Entendendo que Políticas públicas “configuram decisões de caráter geral que apontam rumos e linhas estratégicas de atuação governamental [...] expressas e acessíveis à população e aos formadores de opinião as intenções do governo no planejamento de programas, projetos e atividades” não foi observado qualquer tipo de organização, agenda ou objetivos em torno de decisões governamentais locais na atenção a PPEL para PcD (Brasil, 2006, p.9). Sob um ponto de vista, mais aproximativo, da tipologia das Políticas públicas foram notadas ações focalizadas (como as do parágrafo acima) que acabam contrapondo, em grande medida, a própria ideia das

Políticas públicas por não potencializar os recursos disponíveis ao se tornarem públicas e reduzir os efeitos da descontinuidade administrativa.

Sobre os gastos públicos, envolvendo esporte e lazer do município, dados gerais da Secretaria Municipal de Esporte podem ser sintetizados nos seguintes interesses: manutenção e obras de estruturas esportivas (estádio, pista de atletismo e quadras), aquisição de equipamentos e materiais esportivos (uniformes para equipes de esportes tradicionais que representam o município em competições), escolinhas de iniciação esportiva (com base em formação de novos atletas), promoção e auxílio em campeonatos e torneios da cidade e região (Campeonato Municipal de Futebol de Campo, Copa Porangatu de Futebol de Campo e Campeonato Municipal de Futsal, Jogos de Carnaval – futebol de areia, vôlei de areia e handbeach –, Quadrangular de Voleibol Municipal e Copa Regional de Voleibol), auxílio em participações e amistosos (competições regionais estaduais, como: Copa Inhumas/GO de Voleibol, Liga Goiás de Futsal e Jogos de Voleibol de Jussara/GO) e apoios e incentivos a clubes e eventos (Clubes: Porangatu Atlético Clube – PAC e Vila Nova Porangatuense; e eventos: Campeonato da Amizade, Jogos Estudantis e Eventos de motocross)². Nos registros parciais do município, não foram encontrados projetos específicos voltados para PcD.

No demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção, representando a macro função da despesa (desporto e lazer) e o detalhe da área (desporto de rendimento, comunitário e de lazer), os discentes participantes tiveram acesso as prioridades dentro da área. No ano de 2025 as despesas concentradas estavam na subárea do desporto comunitário em desfavor da subfunção desporto de lazer. Da dotação atualizada (R\$1.724.072,21), foram empenhadas (gasto comprometido pelo governo) R\$410.074,28 (23,78% do total) e liquidadas (despesa confirmada pelo governo que reconhece a entrega do serviço ou produto) R\$315.636,67 (18,3% do total). Do montante ainda não constavam despesas pagas (pagamento efetivo da despesa pelo governo).

No Plano Plurianual (PPA)³, importante instrumento de planejamento da administração pública, os estudantes do projeto tiveram acesso ao último PPA, de 2022 a 2025. Neste documento há o detalhe dos recursos destinados pelo governo municipal às PPEL, e o que se verificou demonstrou aproximadamente 2/3 das receitas do município mantidas pelo tesouro e 1/3 por convênios. Para Boschetti (2009), sob o ponto de vista da dinâmica do orçamento

² Disponível em: <https://porangatu.go.gov.br/as-principais-acoes-da-prefeitura-de-porangatu-no-esporte-e-lazer/> . Acesso em 25 jun. 2025.

³ PPA de Porangatu (2022-2025). Disponível em: <https://porangatu.centi.com.br/prestacaocontas/ppa> . Acesso em 27 fev. 2026.

estatal, o fato haver dependência de convênios (também se leia emendas parlamentares) abre-se margem para “favores” ou “assistencialismo passageiro”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância deste projeto reside na capacidade de evidenciar a urgência de políticas públicas inclusivas e acessíveis no município de Porangatu, revelando a distância entre o texto legal e a realidade vivenciada pelas PcD. Ao articular de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, a iniciativa trouxe a possibilidade de um diagnóstico crítico da infraestrutura urbana e da gestão orçamentária local, explicitando barreiras que historicamente limitam o pleno acesso ao esporte e ao lazer e oferecendo subsídios concretos para a transformação social.

Nesse processo, o envolvimento ativo dos estudantes do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a expressiva participação da comunidade atendida na atividade de extensão – professoras, monitoras e cidadãos — foram essenciais para consolidar o papel social da universidade. Essa troca contínua de saberes se mostrou significativa no sentido de fortalecer a formação acadêmica dos discentes frente à diversidade humana, ao mesmo tempo em que garantiu escuta qualificada e apoio pedagógico aos profissionais da rede, reafirmando o compromisso coletivo com a superação de preconceitos e desigualdades.

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BARBOSA, C. M.; REZENDE, J. C. E.; BRITO, C. M. Pessoas com deficiência e o lazer: uma análise das publicações nas revistas brasileiras Licere e RBEL. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p. 123-139, set./dez. 2020.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**: tópicos para debate. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRANDOLFF, M. A.; STRAPASSON, A. M. Acessibilidade como meio de inclusão: um estudo em espaços de práticas esportivas na cidade de esteio – RS. **Revista Adapta**, Presidente Prudente, v.14, p.1-7, jan./Dez., 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025**. Brasília, DF: Inep, 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília, 2006.

CARAVAGE, A.; OLIVER, F. C. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 987-1000, 2018.

CHICON, J. F.; CRUZ, G. C. Formação continuada, educação física e inclusão. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, p. 815-829, 2014.

MACÊDO, M. R.; LIMA, A. F. R. **Pessoas com deficiência no Estado de Goiás, com base na Pesquisa Nacional de Saúde**. Goiânia-GO: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2023.

OLIVER, M. **Understanding disability: From theory to practice**. New York: St. Martin's Press, 1996.

OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência**. The World Bank. Tradução lexicus serviços Linguísticos, São Paulo, 2012.

PANCOTTO, H. P. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. **Conexões**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 142-171, abr./jun. 2017.

SANTOS, M. A. G. N; PEREIRA, M. Esporte e Inclusão: Um Estudo sobre Acessibilidade. **Licere**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 176–206, 2023.

SILVA, J. V. P.; SILVA, D. S.; SAMPAIO, T. M. V. Políticas públicas de esporte em parques e a inclusão de pessoas com deficiência. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 339-358, 2018.

SOBRE OS AUTORES

Elisvaldo da Silva Lima – Estudante de Educação Física da Universidade Estadual de Goiás, UnU Porangatu e bolsista de extensão na graduação (BEX – PrE 006/2025). *E-mail:* elisvaldolima99@aluno.ueg.br

André Luís Normanton Beltrame – Doutor em Educação Física (UCB). Docente do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Porangatu. *E-mail:* andre.beltrame@ueg.br